

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.054 PARANÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS MILITARES ESTADUAIS E CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO BRASIL - ANERMB
ADV.(A/S)	: SIMONE BUENO DE MIRANDA LAGANA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO:

Vistos.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela Associação Nacional das Entidades representativas dos Militares Estaduais e Corpo de Bombeiros Militares do Brasil (ANERMB) em face das Leis nº 17.169/12 e nº 17.172/12, ambas do Estado do Paraná, as quais, respectivamente, dispõe sobre o subsídio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná e estabelece a Função Privativa-Policial – FPP na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica.

Conforme se depreende da extensa e confusa exordial, sustenta-se, em síntese, que as leis questionadas violam o art. 39, §§ 1º, 2º e 4º; o art. 5º, **caput** e inciso XXXVI; o art. 37, incisos I, II, X e XV; o art. 40, §§ 3º, 4º e 8º; e o art. 142, § 3º, incisos VIII e X, todos da Constituição Federal.

É o breve relato.

Aplico, ao caso, o procedimento abreviado do art. 12 da Lei nº 9.868/99, a fim de que a decisão seja tomada em caráter definitivo.

Solicitem-se informações aos requeridos. Após, abra-se vista, sucessivamente, no prazo de cinco dias, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República.

Publique-se.

ADI 5054 / PR

Brasília, 14 de outubro de 2013.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Relator

Documento assinado digitalmente